

suspende sessão do Senado

Denúncia de fraude

Brasília — A sessão de ontem tem no Senado, presidida pelo Senador Passos Porto, foi suspenso uma vez e depois encerrada bruscamente, antes da hora, por causa de tumultos provocados por denúncias de fraudes na reunião, pela manhã, da Comissão de Constituição e Justiça, e na votação eletrônica, em plenário, onde o Senador Humberto Lucena apareceu como votante sem ter votado.

Pela manhã, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou urgência para 20 projetos de empréstimos, sem que os membros do PMDB comparecessem ao plenário. A manobra evitará a obstrução nas sessões do Senado, porque não encaminhamento das matérias sob regime de urgência só poderão falar os líderes de cada Partido e não todos os senadores, como vem fazendo a Oposição.

MANOBRA

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Aloysio Chaves, refutou as acusações de fraude feitas pelos oposicionistas, alegando que a convocação foi regimento, tal, como foi também o procedimento para votação e aprovação dos pedidos de urgência para os 20 pedidos de empréstimos. Informou que os membros do PMDB foram devidamente convocados no dia anterior e lá compareceram apenas nas dois representantes do PP, Tancredo Neves (MG) e José Fragelli (MS). Este último assinou os requerimentos de urgência.

O Senador José Fragelli reconheceu que havia cochilado por haver assinado os requerimentos sem lê-los, mas negou que tivesse presenciado a leitura das matérias pelo presidente da Comissão, porque havia chegado atrasado ao plenário. O Senador Lázaro Barbosa negou que tivesse sido convocado e considerou o fato uma manobra da Maioria de caráter anti-regimental. O Senador Dirceu Cardoso qualificou de "matreiro" o autor dos requerimentos, Murilo Barboza.

Uma das acusações mais graves, durante o tumulto no plenário do Senado na tarde de ontem, partiu do Senador Leite Chaves (PMDB-PR), que considerou a postura da Comissão lesiva aos interesses da Oposição, deixando de mencionar a confiabilidade da Casa. Ele contou que a reunião foi tão rápida que quando ele chegou o plenário da Comissão já estava vazio. A assessoria anunciou a presença de 10 senadores, oito do PDS.

Em meio às discussões acaloradas e tentativas de obstrução da Oposição, o PDS conseguiu vencer, com 33 votos, mais o do presidente da Mesa, a primeira e única votação da sessão — um requerimento contra a Oposição e a favor do presidente dos trabalhos. Ao

final dessa votação o Senador Henrique Santillo tentou impugná-la, mostrando que no painel eletrônico aparecera o nome do Senador Humberto Lucena (PMDB-PB) como votante quando este negava que houvesse votado, até porque, ele foi quem denunciou as irregularidades na reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Antes que se consolidasse a luta pela impugnação da votação de plenário, o presidente da Mesa, Senador Passos Porto, encerrou a sessão alegando ausência de clima para continuar com os trabalhos. Antes, ele já havia suspenso a reunião por cinco minutos "para amenizar os ânimos exaltados".

Na primeira parte da sessão, o líder Nilo Coelho, interpelado pelo líder Marcos Freire, negou que tivesse lançado agressões ao Senador Teotônio Vilela (PMDB-AL), conforme registros que lhe foram atribuídos pela imprensa.